

O MUNDO RURAL NO LIMIAR DO NOVO MILÊNIO*

Antônio Júlio de Menezes Neto

Introdução

As relações sociais, culturais, econômicas e políticas no campo, neste limiar de século, apresentam uma crescente "urbanização"¹. Os meios de comunicação aproximaram as zonas rurais das áreas urbanas trazendo, em escala crescente, a "modernização" da cultura camponesa. O rádio e a televisão estão presentes nas regiões mais pobres e periféricas do campo, assim como o telefone celular, o fax, e o computador. Naturalmente, numa sociedade de classes, o acesso a estes bens não será homogêneo. Mas observa-se que o rural torna-se moderno, com todas as contradições e exclusões.

Este ensaio discute este processo de modernização do campo numa época de

transformações sociais e tecnológicas, salientando que, a despeito das tendências hegemônicas, ainda existem diferenças marcantes na cultura e nas relações sociais de produção. Vivemos, por exemplo, uma situação em que empresas agroindustriais "modernas" tecnologicamente utilizam formas de exploração do trabalho próximas da escravidão. Sabemos que o Brasil, e o mundo capitalista, convive com realidades sociais diversas, onde parte da população vive a modernidade plena e parte sobrevive em condições precaríssimas de vida e trabalho. Mas também constata-se que estes trabalhadores assalariados ou familiares, com as exceções dos extratos sociais miseráveis existentes nas cidades ou no campo, assistem televisão, ouvem rádios e compram, em algum nível, produtos

* Este ensaio é parte do projeto de pesquisa intitulado "Globalização e novas tecnologias nas relações sociais no campo e o projeto educativo do MST",

com financiamento da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa de Minas Gerais-FAPEMIG.

de consumo industrializados, criando a aparente idéia de uma hegemonia e de uma igualdade que teria apagado as diferenças, mas que, nos dizeres de Lefebvre (1988), apenas mostra como o capitalismo penetra na vida social de todos criando necessidades ligadas à sua reprodução.

Desta forma, sem pretensão de generalização, este ensaio apresenta debates que situam o mundo rural no processo de mundialização do capital.

Globalização e o Mundo Rural

Mesmo que em graus diferenciados, o atual processo de expansão e globalização do capitalismo está trazendo mudanças no mundo camponês. O monopólio da grande produção pelas agroindústrias, a produção para o mercado, o consumismo e a cultura moderna integram o mundo camponês às competitividades do mercado.

Assim, viveríamos um momento em que a mundialização do capital, mesmo que de forma diferenciada, transforma as relações sociais, culturais e de produção no campo. Mas, ao mesmo tempo, este é um rico momento em que o local e o global se cruzam, os atores sociais encontram-se e defrontam-se e, mesmo sob as estruturas de um capitalismo excludente, propicia um "mesclar" de culturas.

As diferenças locais e regionais, visivelmente, não estão superadas e, aí, reside uma das causas do fortalecimento do regional e do local numa realidade globalizada. Porém, existe uma lógica hegemônica invadindo todos os recantos, mesmo que de forma diferenciada, trazendo os conflitos entre o local, o regional, o nacional e o global.

No campo, as relações sociais de produção modificam-se basicamente pelo desenvolvimento mecânico, pelas novas tecnologias, pelo desenvolvimento da engenharia genética, da biotecnologia e da química. As mudanças no processo

produtivo acontecem, muitas vezes, de uma forma devastadora para aqueles que vivem do trabalho no campo, pois estes são substituídos pelas máquinas, fazendo com que a população rural diminua sempre num contexto de aumento da produtividade². Eric Hobsbawm analisa que o grande desenvolvimento da economia capitalista no pós década 1950, levou os habitantes do Terceiro mundo para a modernidade:

"Esse mundo lhes chegava em forma de ônibus ou caminhões em poeirentas estradas marginais; a bomba de gasolina; o radinho de pilha transistorizado, que trazia o mundo até eles – talvez até aos analfabetos, em seu próprio dialeto ou língua não escrita, embora isso provavelmente fosse privilégio do imigrante urbano. Mas, num mundo onde as pessoas do campo migravam para as cidades aos milhões(...) quase todos trabalhavam nas cidades ou tinham um parente que trabalhava lá. Aldeia e cidade estavam daí em diante interligadas. Mesmo as mais remotas viviam agora num mundo de embalagem plástica, garrafas de coca-cola, relógios digitais baratos e fibras artificiais". (Hobsbawm, 1995, p.356)

Esta mudança de costumes, aliada ao processo de agroindustrialização alimentar, modificou os hábitos alimentares num contexto crescente de novas relações de mercado e consumo, subordinou parte da pequena produção, industrializou, em diversas regiões, a produção tradicional do campo, criando, por exemplo, as famosas "fábricas de frango", face atual das modernas granjas, onde a procriação de aves é realizada por chocadeiras elétricas, a alimentação das aves é feita por rações e estas são confinadas em pequenos cubículos. Tudo padronizado, próximo do funcionamento de uma fábrica; ou as "indústrias de maçãs" em que o controle da produção pelo computador já é um fato constante, separando as frutas por cor e peso. Junto a este processo, encontramos o desenvolvimento da

O Mundo Rural
no Limiar do
Novo Milênio

Antônio Júlio de
Menezes Neto

biotecnologia, pela manipulação genética e o desenvolvimento da indústria alimentícia química.

Neste contexto, Schaff (1990) acredita que a recente revolução tecnológica, que ele traduz como a sociedade informática, apresenta promissoras perspectivas de superação da diferença entre o trabalho na agricultura e nas cidades. Assim,

“já hoje a aplicação da microeletrônica ao maquinário agrícola torna possível realizar automaticamente certas operações no campo inclusive durante a noite: melhor fertilização automática do solo antes da semeadura etc. Os novos avanços da engenharia genética permitirão aos agricultores não apenas incrementar imensamente as colheitas, como também selecionar as plantas mais resistentes às condições climáticas. A simbiose das plantas mais resistentes com certas bactérias permitirá que aquelas assimilem nitrogênio diretamente da atmosfera sem a necessidade de fertilização do solo. etc. Os avanços neste campo são enormes e resta esperar que sejam ainda maiores no futuro” (Schaff, 1990, p.47).

Porém, este autor analisa que ainda existem diferenças qualitativas no trabalho agrícola, principalmente no trabalho relativo à criação de animais, dificultando a homogeneização do trabalho campo/cidade. No tocante às mudanças no mundo do trabalho, Schaff diz que o amplo processo de automação tenderá a diminuir ainda mais a população rural.

Mesmo com todas as contradições e diferenças, certo é que novas relações sociais configuram-se neste momento, trazendo à luz novas questões que permitem a seguinte pergunta: existe pertinência na permanência deste dualismo rural/urbano, num mundo que se mundializa em termos econômicos e culturais? Onde a cultura televisiva e parabólica chega de maneira massiva a “casa do homem do campo”, e a produção alimentícia se submete aos desígnios da ciência e da técnica, sob o

patrocínio de uma nova revolução na gestão e na produção do capitalismo mundial

A questão agrária, nos terrenos culturais, sociais e econômicos, apresenta-se como um dos campos de análise mais complexos. Globalização, novas tecnologias, difusão da indústria cultural, fazem da questão rural um campo de exclusão e integração, de globalização e localismos, de modernidade e tradicionalismo. Ianni (1994) afirma que a sociedade agrária perde sua importância no jogo das forças sociais, na disputa pelo poder político e nas formação das estruturas de poder mundiais. Diz que em vários casos, na dinâmica das sociedades nacionais ou globais, o mundo agrário pode desaparecer, concluindo que:

“Em praticamente todos os setores agropecuários, está havendo um processo de racionalização dos processos produtivos, de organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedente, lucro ou mais-valia. Os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial, revolucionam as condições de vida e trabalho no campo, acelerando, inclusive, a urbanização como estilo de vida, e o modo de localizar-se no mundo” Ianni (1994, p.14).

Para o autor acima citado, a pequena produção continua a existir, desenvolver-se e afirmar-se, não estando em vias de extinguir-se, engolido pelo grande capital monopolizado e globalizado. Porém, ele detecta diferenças marcantes na atual configuração da pequena produção, onde as relações capitalistas estão cada vez mais presentes, seja pelo assalariamento, seja pela integração aos processos agroindustriais, ou motivados a modernizarem-se via ação do Estado, que através da assistência técnica e créditos, procura “modernizar” a pequena produção (Ianni, 1994).

Os anos 1980 e 1990 são marcados pela difusão da microeletrônica e da biotecnologia, que já começam a ser utilizadas no processo produtivo e gerencial alimentar,

junto ao processo de globalização do capitalismo e do chamado neoliberalismo político. Mas estas questões, como seria de se esperar, pois são movidas pelo novo movimento do capital, aparecem novamente trazendo uma nova exclusão no mundo do trabalho.

Demonstrando como a questão rural aparece no cenário movida pela contradição em tempos de mundialização e novas tecnologias, Chesnais (1996) analisa o atual processo de reprodução do capital, concluindo que o uso da terra e de todos os recursos naturais, renováveis ou não, também foram submetidos às estritas leis do mercado e do lucro, e as produtividades tornou-se a principal mola mestra deste processo, enquanto milhares de pessoas ainda não têm o que comer em grande parte do mundo.

Um outro exemplo buscado nas contradições do processo de mundialização do capital para a produção de alimentos, é dado por Husson (1996). Este, demonstrando o caráter excludente da atual globalização do capitalismo, cita o exemplo dos pequenos produtores de milho do México, cujo custo de produção deste milho é cerca de duas vezes superior ao dos americanos, devido a sua inferioridade econômica. Diz que, até então, a agricultura camponesa mexicana era protegida desta concorrência desleal por preços de garantia e redes específicas de comercialização. Diz que, devido a outros fatores políticos, a vida do camponês mexicano sempre foi muito difícil, mas agora com o tratado de livre comércio com os Estados Unidos – O Nafta –, o camponês está sendo arruinado, causando o êxodo destes e a dependência alimentar do México aos Estados Unidos. Conclui que a concorrência direta num mundo desigual, leva ao aniquilamento dos setores menos competitivos e ao monopólio dos grandes grupos econômicos.

Esta “globalização” faz com que os “países emergentes” abram as suas fronteiras para entrar na pretensa

modernidade, ao passo que os países dominantes protegem as suas economias. Analisando a “globalização agrícola”, esta questão torna-se mais clara, pois o governo dos Estados Unidos e dos países europeus, detentores da maior produção agropecuária, subsidiam fortemente sua produção. O governo destes países chega a subsidiar seus agricultores com auxílio em dinheiro, chegando a atingir o patamar de 50% da produção total e ainda protegem suas agriculturas com barreiras alfandegárias. Nestas condições, o processo de globalização dos produtos alimentícios torna-se uma forma de dominação dos grandes grupos internacionais, pois os países mais pobres enfrentam este tipo de concorrência subsidiada.

Estas análises indicam a complexidade da questão da mundialização do capital também no campo, não só brasileiro, mas mundial, visto que assistimos a enorme expansão do sistema capitalista. Mas ao mesmo tempo, observamos as contradições deste sistema, com a exclusão de grandes contingentes populacionais.

Neste fim de século e limiar de um novo, o desenvolvimento da ciência e da técnica ainda aponta para ao processo de modernização da agricultura aprofundando pesquisas que visem o desenvolvimento da biotecnologia, da transgenia e o emprego da informática no processo produtivo rural³.

Para uma análise da emergência da biotecnologia e sua aplicação no processo produtivo alimentar, encontramos em Vergopoulos (apud Graziano da Silva, 1995) uma posição contundente. Para o autor, não teria sentido nem falar mais em *agrobussines*⁴, pois com o processo biotecnológico, a integração agrícola perde o sentido, pois a agricultura não teria mais a sua autonomia e a sua identidade. Para ele, a atual revolução tecnológica, que manipula geneticamente os alimentos, não teria na agricultura um tipo específico de empreendimento, tornando-o totalmente absorvido. Assim, a agricultura não seria

industrializada, mas sim substituída pela indústria, eliminando-se os conceitos de agricultura patronal ou familiar, passando a existir tão-somente a indústria alimentar.

Goodman, Sorj e Wilkinson (1997) compartilham desta teoria, salientando que os complexos agroindustriais já estão se transformando em complexos bioindustriais. Analisam que, se a agricultura tinha dificuldade de industrializar todo o processo produtivo, com a biotecnologia esta problemática tende a ser superada.

Esta questão não pode ser dissociada dos debates políticos e econômicos, pois as grandes empresas mundializadas monopolizam cada vez mais o processo produtivo. É nesta direção que Souza Santos (1997) vai afirmar que o alardeado aumento da produtividade, proporcionado pelas tecnologias, no contexto atual, reforça a polarização Norte/Sul. O autor afirma que no período de 1950 a 1984, a produção agrícola mundial cresceu como em nenhuma outra época. Porém, a partir desta data, por uma série de razões, a produção não acompanhou o crescimento do período anterior. Mas, ressalta, esta crise atingiu o hemisfério Sul e esta relação tende a ser agravada com o desenvolvimento da biotecnologia agrícola, que manipula geneticamente plantas e animais. Afirma o autor:

"A grande novidade da biotecnologia é que ela é levada a cabo por grandes empresas multinacionais que sujeitam as patentes às descobertas biotécnicas e que, por isso, privam dos seus benefícios todos os que não puderem pegar os direitos autorais (*royalties*). Como diz Paul Kennedy, o DNA é o novo recurso industrial das grandes empresas, que não só virão a substituir matérias-primas usualmente fornecidas pelos países periféricos, como pode conduzir à integração vertical da produção agrícola, colocando vastas regiões do mundo sob a alçada de umas poucas empresas multinacionais do ramo agroquímico e biotecnológico." (Souza Santos, 1997, p.292).

O autor afirma que o desenvolvimento biotecnológico pode criar um verdadeiro "imperialismo biológico", pois os recursos genéticos estão concentrados no Sul do hemisfério (e o Brasil é uma das regiões mais ricas do planeta), que tendem a ser espoliados pelas grandes empresas multinacionais, funcionando como transferências líquidas de renda do Sul para o Norte, por meio das imposições das leis de patente pelas empresas mundializadas com sede no Norte.

O monopólio das engenharias genéticas fica transparente com a expansão da Monsanto, uma empresa norte-americana, com sede no estado do Missouri, especializada em biotecnologia agrícola⁵. Esta empresa uniu-se à Cargill, maior processadora de produtos agrícolas norte-americano, visando explorar o mercado latino-americano. Para operar sementes geneticamente modificadas fora dos Estados Unidos, a Monsanto pagará para a Cargill o equivalente a US\$ 1,4 bilhão de dólares. Estas sementes modificadas geneticamente, tornam as plantas mais resistentes às pragas e já representam um grande mercado nos Estados Unidos. Por isto a Monsanto deseja investir em países latino-americanos, principalmente no Brasil, na Argentina, Chile e México. No Brasil, a Monsanto já havia comprado a Agrocere, uma grande produtora brasileira de sementes. Também adquiriu o grupo anglo-holandês Unilever, uma grande empresa que atua basicamente na Europa. Esta empresa têm realizado preços superiores ao estimado pelo mercado, com vistas a tornar-se uma das duas grandes empresas no setor de biotecnologia, junto com a Cargill. A Monsanto já gastou o equivalente a US\$ 8,1 bilhão com a aquisição de companhias de biotecnologia agrícola desde 1996.

Nestes debates acerca da transgenia, devem ser acrescentados os riscos destes produtos para a saúde humana, pois os estudos científicos ainda não foram

devidamente concluídos. Não se deve desconhecer o avanço da ciência e da tecnologia e, no caso da biotecnologia e da engenharia genética, as pesquisas podem ser promissoras para a produção de alimentos, proporcionando uma vida melhor para todos. Mas esta discussão, que alguns denominam de "Nova Revolução Industrial", deve ser discutida também, e principalmente, pelas consequências sociais. Neste sentido é que se deve impedir a hegemonia dos grandes monopólios que visam apenas expandir-se, sem a devida preocupação com desenvolvimento social e a questão ética da pesquisa científica.

Mas a contradição do capitalismo mundializado não se restringe ao conflito Norte/Sul, pois dentro dos países centrais existe a sua parte Sul e nos países do Sul existe a sua parte Norte. Para mostrar a contradição existente dentro dos países centrais, apresento um conflito de interesse entre camponeses franceses e a multinacional McDonald's⁶. No dia 12 de agosto de 1999, um grupo de camponeses, ligados a Confederação Camponesa Francesa, ocuparam as lojas McDonald's naquele país e serviram sanduíches com queijo Roquefort e mostrada Dijon, após estes produtos terem sido taxados em mais de 100% nos Estados Unidos e no Canadá, com o apoio da Organização Mundial do Comércio. Os camponeses afirmavam que o McDonald's pressupunha uma agricultura destrutiva e uma ameaça à cultura francesa. Estes camponeses, liderados por José Bové, um ex-estudante de filosofia, sindicalista, militante político e ecológico e criador de ovelhas, estão se tornando símbolos da luta contra a globalização. Bové, conhecido pela sua luta contra os alimentos transgênicos, afirma que lutar contra estes alimentos não seria lutar contra a tecnologia, mas sim contra o uso irresponsável da ciência, pois para ele os transgênicos representam um empobrecimento genético e uma uniformização dos alimentos⁷. Bové foi preso após a

invasão do McDonald's, mas sua prisão gerou protestos de agricultores da África aos Estados Unidos. Esta questão demonstra a dificuldade do capitalismo mundializado conseguir a sua hegemonia produtiva e cultural.

As Novas Relações Sociais no Campo Brasileiro

A expansão agrícola das três últimas décadas, que viabilizou a modernização das atividades no campo, a elevação do padrão tecnológico e a ampliação do trabalho assalariado, foi causado por intervenções estatais, no período de 1964 até meados dos anos 1980 que, sem alterar as estruturas latifundiárias no país, promoveu grandes mudanças no contexto agrário. Foi a chamada "modernização conservadora", proporcionada pelos militares e pelos tecnoburocratas que, impulsionados pela favorável conjuntura internacional, distribuiu o crédito agrícola aos setores com maior poder de pressão política, ou seja, aos grandes grupos. As consequências sociais são conhecidas: concentração da terra, desemprego, migração, favelas, etc. Por outro lado, permitiu a consolidação do complexo agroindustrial. Entretanto, no fim dos anos 1980, houve um esgotamento do modelo pós-1964, com a crise econômica do Estado. Porém, o processo de "modernização" excludente e contraditório já estava implementado numa sociedade onde muitos ainda lutam pela terra com vistas à sua sobrevivência. E este quadro não foi modificado pelos governos civis no período pós-ditadura.

Situando historicamente a questão agrária brasileira, constata-se que diversas realidades contribuíram para o processo de concentração da terra. De um lado, o latifúndio, conservador e excludente, muitas vezes cercando terra em busca de valorização. De outro, a penetração do

capitalismo no campo, acompanhado de uma política de valorização do capital, sem levar em conta os interesses dos trabalhadores.

No Brasil, os interesses dos latifundiários e dos capitalistas se convergiram, e as sucessivas políticas para o setor buscaram modernizar o campo sem eliminar o latifúndio. Esta política foi incentivada pela concessão de subsídios governamentais a grandes grupos monopolizadores da terra. Uma das principais estratégias desenvolvidas pelos governos militares foi a modernização da produção agrícola por meio de créditos subsidiados. Esta junção capital-latifúndio resultou em fazendas tecnologicamente avançadas e, no que concerne às relações de trabalho deu origem, muitas vezes, ao emprego do trabalho escravo (Martins, 1993).

No atual período, de predomínio das políticas neoliberais, grandes grupos econômicos apresentam-se como a "face moderna" da sociedade brasileira. Hoje, este setor "moderno", apesar da persistência do agricultor familiar independente, já responde por boa parte da produção agrícola brasileira. Como exemplo, podemos citar o caso da laranja. Grandes indústrias processam este produto, que é vendido nos supermercados embalados e prontos para consumo. Pequenos produtores são integrados a este processo, vendendo toda a sua produção para a agroindústria, recebendo como recompensa a assistência técnica. Viram "semi-assalariados" da indústria". Ou o caso dos plantadores de tomates, vinhos, aves, etc que trabalham exclusivamente para as grandes empresas que industrializam o seu produto. Apesar de formalmente serem os donos da terra, estes produtores estão de tal forma integrados e submetidos aos interesses das empresas, que não poderiam ser enquadrados como autônomos.

Conclui-se que a agricultura no Brasil conheceu, até a década de 1980, o seu processo de modernização, dependente

por um lado da interferência estatal e, por outro lado, das necessidades da indústria. Este processo trouxe um setor "moderno" e concentrado por um lado, e a deterioração das condições de trabalho e uma maior demanda pela questão da terra, simbolizada pela consolidação do MST.

Nos anos 1990, temos um quadro em que a penetração do capitalismo na agricultura trouxe novos desafios e problemas para os trabalhadores do campo. É importante verificarmos que pelos dados do Censo Agropecuário do ano agrícola de 1995 a 1996, divulgado pelo IBGE, o número de trabalhadores rurais caiu, no Brasil, de 23,3 milhões para 17,9 milhões. Ou seja, uma perda de 5,7 milhões de trabalhadores em dez anos.

Em compensação, no mesmo período, também conforme dados do IBGE, houve uma concentração maior da terra no Brasil. Em 1985, as propriedades com mais de 1000 hectares controlavam 44,1% das terras. Em 1996, passaram a concentrar 45,1% das terras. Ao mesmo tempo, os pequenos estabelecimentos, com menos de 100 hectares, recuaram de 21,2% para 20,0% no mesmo período. Mesmo as propriedades médias, entre 100 e 1000 hectares, perderam terra neste período, pois sua participação caiu de 35,0% para 34,9%.

O Censo também revelou que houve uma diminuição no número de estabelecimentos rurais de 5,801 milhões de propriedade para 4,859 milhões. O Censo também revelou a abertura, concentrada em grandes propriedades, de uma nova frente agrícola nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Os estados que ainda apresentam os maiores índices de participação de população rural são: Bahia (14%), Minas Gerais (11,16%), Paraná (7,19) e Rio Grande do Sul (7,59). Os estados com menor percentual de população rural são os estados de São Paulo (6,9%) e Rio de Janeiro (4,5%).

A par destes dados é importante observar o valor da produção agrícola:

R\$ 47,8 bilhões, sendo 39,4% originários da produção animal e 60,3% da produção vegetal. Mas é interessante observar que São Paulo, um estado com população rural pequena, é o estado que mais valor produziu, atingindo a marca de 17,6% do total da produção agrícola, seguido por Minas Gerais com 13,4%, Rio Grande do Sul com 12,9%, Paraná com 11,6%, Santa Catarina com 6,8%, Goiás com 5,4%, Mato Grosso do Sul com 4,6% e Mato Grosso com 4,1%.

O processo que vai desaguar nestes dados, foi acompanhado de uma concentração de capital nos grandes grupos nacionais e mundializados. Os pequenos produtores, que na verdade ainda produzem a maioria dos alimentos de consumo interno, ficaram marginalizados, pois foram taxados de improdutivos, causando, com a falta de apoio público, mais migração e desemprego.

Como consequência desta falta de incentivo e planejamento para os camponeses, assistimos hoje à consolidação de um setor altamente modernizado da agricultura, que se propõe a superar a dicotomia entre agricultura e indústria, ao englobar a produção, a industrialização e o comércio de produtos agrícolas, representando quase 50% do PIB brasileiro, ao lado de um setor, como os sem-terras, que lutam por um pedaço de terra para produzir, além das lutas dos assalariados agrícolas por condições mínimas de subsistência. Assim, a modernização, apesar de diferenciada regionalmente num país complexo como o Brasil, implicou diversas mudanças no mundo do trabalho rural. Mas como a modernização da agricultura foi direcionada para atender às demandas da reprodução do capital, as consequências foram sentidas pelos setores marginalizados da população do campo, materializadas na lutas pela terra e pelos salários.

Ao final da década de 1990, os debates acerca da aplicação biotecnológica na

agricultura brasileira também ganha corpo. Observam-se discussões sobre a utilização das plantas transgênicas, que estão entrando no mercado brasileiro. Este debate ganha ares de muita polêmica pois as consequências orgânicas, sociais, políticas e econômicas da transgenia ainda são desconhecidas. Discute-se também o impacto que tais inovações poderiam causar ao meio ambiente, pois um desequilíbrio ecológico poderia trazer novas pragas e a destruição da variedade genética, causando a limitação da natureza e a consequente dificuldade de se criar novas variedades quando necessário.

Deve-se considerar que o monopólio biotecnológico causa forte impacto sobre a pequena propriedade rural, que é a responsável pela produção de alimentos para o consumo interno no Brasil. Se o pequeno produtor for limitado ou eliminado, a distribuição de alimentos para a população, urbana ou rural, ficaria presa a grupos multinacionais, criando a dependência externa.

Existem, também, algumas rejeições ao alimento transgênico, nos mercados europeus, estadunidense e japonês. Com isto, produtos brasileiros orgânicos podem ter um maior espaço nestes mercados. Uma outra questão pertinente neste debate refere-se à dependência científica e tecnológica que poderia advir para o Brasil pois, sabe-se que grandes grupos multinacionais dominam a pesquisa nesse setor, trazendo sérias limitações para o desenvolvimento autônomo da pesquisa científica nos países mais pobres.

Conclusão

O capitalismo é uma totalidade que cria e recria elementos para a sua reprodução. Na nova mundializada e monopólicia acumulação do capital, com o desenvolvimento da ciência e da técnica, o capital recria-se no processo produtivo agrícola,

O Mundo Rural
no Limiar do
Novo Milênio

Antônio Júlio de
Menezes Neto

com a aplicação, como visto neste ensaio, da biotecnologia e da transgenia alimentar.

Os grandes monopólios econômicos introduzem novas relações sociais no campo. No atual momento de reprodução do capital, o trabalho assalariado e o trabalho camponês coexistem. Porém, o desenvolvimento da ciência e das técnicas aplicadas ao processo produtivo agrícola diminui a necessidade do trabalho vivo no campo. Ou seja, o desenvolvimento da ciência e da técnica, sob o capitalismo, em vez de servir para aliviar os indivíduos dos trabalhos fatigantes, serve, na verdade, para afastá-los de um direito elementar: o direito ao seu trabalho.

Portanto, o moderno não pode ser apresentado apenas como o desenvolvimento tecnológico, ou biotecnológico, deslocado das lutas sociais. Observamos, pelos dados do IBGE apresentados que, a despeito de toda a mobilização do MST e do sindicalismo no campo, a concentração de terra aumenta e os trabalhadores continuam sendo excluídos do seu trabalho. Assim, torna-se fundamental desenvolver um projeto para os brasileiros e, especificamente, para o trabalhador do campo, apoiando, por meio de políticas públicas, a produção, o cooperativismo, as políticas de saúde, de habitação, a cultura, etc. Enfim, todas as ações que, na verdade, são conquistas da modernidade e direito dos cidadãos.

Torna-se, também, vital, o investimento em educação para viabilizar a vida no campo, num mundo onde o conhecimento, a ciência e a técnica tornam-se fatores fundamentais no mundo do trabalho. Neste sentido, também a educação profissional do trabalhador do campo deve merecer maiores atenções, pois num período de transformações sociais e tecnológicas,

toma-se decisivo uma nova formação para estes cidadãos.

Porém, este processo não vislumbra saída no limiar do novo século se o Estado brasileiro continuar afastado das políticas sociais, apresentando como meta a sua integração no capitalismo mundializado, colocando ênfase nas políticas que privilegiam os grandes e "modernos" grupos nacionais ou internacionais, apresentando como justificativa um "determinismo tecnológico e político".

Deve-se ter em perspectiva que o "moderno" no Brasil sempre foi consolidado à custa de agravamentos das condições sociais dos trabalhadores e que a mundialização da cultura e da produção será altamente benéfica para o conjunto da população quando inserida nem projeto que beneficie aqueles que vivem de seu trabalho, possibilitando que estes sejam inseridos dignamente na modernidade. Na prática, isto significa transferir para o setor marginalizado recursos técnicos, científicos e financeiros, para que estes cidadãos possam usufruir dos benefícios da modernidade. Modernidade esta que, possivelmente, encaminhará para a superação do mundo rural e do urbano, apesar de manter características que sempre marcaram e marcarão as diferentes culturas.

Neste sentido, para enfrentar os desafios da construção de relações sociais mais justas no limiar deste século, torna-se necessário um novo modelo que, entendendo e inserindo as mudanças na ciência e na técnica, descritas de forma sumária neste ensaio, direcione as pesquisas e os seus benefícios para novas relações sociais, culturais, econômicas e políticas capazes de construir um mundo mais igualitário, emancipado e livre.

¹ O conceito de urbano/rural tornou-se muito complexo. Considero que existem características econômicas e culturais próprias de quem vive em cidades e no campo, assim como existem economias e culturas que são homogêneas. A própria definição de cidade e campo é bastante complexa. Este processo não seria diferente de qualquer processo que leve em consideração as diferenças locais e as igualdades globais, inclusive relativo às classes sociais. Mas analiso que o termo urbanização, tal qual está sendo apresentado, seria melhor utilizado como modernização, o que, logicamente, incluiria o homem/mulher do campo e da cidade.

² HOBBSAWM (1995) afirma que esta foi a mais importante mudança deste século, pois até meados do século XX, praticamente todos os países do mundo ainda mantinham uma população rural bem superior à população urbana. No fim do século, mesmo os países periféricos e "rurais", conhecem uma impressionante migração campo/cidade. Diz: "A mudança social mais impressionante e de mais

longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato". (p.284)

³ Deve-se salientar que o desenvolvimento da ciência e da técnica não representa um processo irreversível e, nas atuais relações sociais de produção, são pesquisados produtos visando à valorização do capital.

⁴ Processo que englobaria toda a cadeia alimentar, da produção à comercialização e que representaria o maior setor econômico, por ex. do Brasil.

⁵ Os dados acerca da Monsanto e da Cargill foram extraídos da tradução do "Wall Street Journal Americas", publicadas pelo Jornal *Estado de Minas*, nos dias 15/05/98 (p. 14), 30/06/98 (p.18) e 16/07/98 (p.18).

⁶ Fonte: jornal *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de setembro de 1999, Caderno Mundo, p.19.

⁷ Ibidem.

Bibliografia

- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- GOODMAN, D., SORJ, B., WILKINSON, J. *Das lavouras às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Impactos das tecnologias da informação na agricultura. In: *Revista de economia e sociologia rural*. Brasília, v.34, n.2, p. 7-30, no/dez. 1995.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUSSON, Michel. As três dimensões do neo-imperialismo. *Jornal Em Tempo*, Edição 290, Out/Nov de 1996 (Encarte).
- IANNI, Otávio _____. Agricultura e mundialização. In: *Cadernos de sociologia*. N. especial, out/1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993
- _____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: Stedile, João Pedro (Org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SHAFF, Adam. *A sociedade informática*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

